

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

AMANDA LETICIA TORINA


**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO AMBIENTAL NAS
ESCOLAS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

AMANDA LETICIA TORINA



**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO AMBIENTAL NAS
ESCOLAS**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Astorga, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Me. Cidmar Ortiz dos Santos

MEDIANEIRA

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Por

Amanda Leticia Torina

Esta monografia foi apresentada às 08h30m do dia 03 de outubro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Astorga-PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof. Me. Cidmar Ortiz dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira
Orientador

Profª. Dra. Maria Fatima Menegazzo Nicodem
UTFPR – Câmpus Medianeira
Membro da Banca

Profª. Me. Flóida Moura Rocha Carlesso Batista
UTFPR – Câmpus Medianeira
Membro da Banca

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho aos meus pais,
Oswaldo e Téia.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos espíritos de luz, por me guiarem até aqui e me ajudarem a concluir mais uma etapa.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira e principalmente ao professor Cidimar Ortiz dos Santos.

Aos meus melhores amigos Gabriel, Melina, Nicole e Let, que sempre estão comigo em todos os momentos, da alegria à tristeza.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Uma mente necessita de livros da mesma forma que uma espada necessita de uma pedra de amolar para se manter afiada”. (GEORGE R. R MARTIN)

RESUMO

TORINA, Amanda Leticia. **Responsabilidade socioambiental na educação: uma análise da importância do ensino ambiental nas escolas**. 2020. 41. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

O presente trabalho teve por intuito abordar a responsabilidade socioambiental na educação, a fim de elucidar se a mesma também consegue abraçar a causa do meio ambiente por meio de seus métodos educativos aplicados nas instituições escolares. O principal objetivo aqui perpetrado é analisar a educação num contexto de corresponsável socialmente e agente transformador para a sustentabilidade. Como objetivo secundário se buscou averiguar como a educação converge seus esforços acerca do tema responsabilidade socioambiental dentro da escola. Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica, a qual possibilitou o entendimento de que a educação possui sua faceta de responsabilidade socioambiental e, justamente por isso, deve através da escola contribuir para que a consciência a respeito dessa responsabilidade seja desperta na sociedade.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental. Educação. Escola.

ABSTRACT

TORINA, Amanda Leticia. **Socio-environmental responsibility in education: an analysis of the importance of environmental education in schools**. 2020. 41. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

The purpose of this work was to address socio-environmental responsibility in education, in order to clarify the purpose of elucidating whether it can also embrace the cause of the environment through its educational methods applied in school institutions. The main objective perpetrated here is to analyze education in a context of social co-responsibility and transforming agent for sustainability. As a secondary objective, we sought to find out how education converges its efforts on the topic of socio-environmental responsibility within the school. For the development of the work, bibliographic research was chosen, which enabled the understanding that education has its facet of socio-environmental responsibility and, precisely for that reason, it must, through the school, contribute so that the awareness about this responsibility is awakened in society.

Keywords: Social and environmental responsibility. Education. School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Santo Anastácio	13
Figura 2 – Gráfico Importância de se estudar educação ambiental	16
Figura 3 – Gráfico Separação dos lixos.....	17
Figura 4 – Gráfico Existência de coleta seletiva	17
Figura 5 – Gráfico Preocupação da prefeitura com o meio ambiente	18
Figura 6 – Gráfico Orientação do descarte de lixo	19
Figura 7 – Gráfico Entendimento responsabilidade ambiental	20
Figura 8 – Gráfico Ensino do meio ambiente nas escolas.....	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	13
2.1 LOCAL DA PESQUISA	13
2.2 TIPO DE PESQUISA.....	14
2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	14
2.4 ANÁLISE DOS DADOS	15
2.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	21
3.1 PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE.....	21
3.2 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	23
3.3 OS ATORES SOCIAIS E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	26
3.4 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE.....	40

1 INTRODUÇÃO

Vivenciamos uma sociedade cada vez mais preocupada com a aquisição. Diante do consumo desenfreado, aliado ao desenvolvimento industrial e tecnológico apregoado a qualquer custo pelas nações, colocaram a existência do planeta e, por conseguinte, dos seres que aqui habitam, em uma situação de crise.

Essa crise não é recente, mas hodiernamente suas consequências são cada vez mais notórias. Não se trata apenas do efeito estufa, dos desmatamentos, dos descartes indevidos, mas, sobretudo, do ser humano vivendo em um mundo onde a sobrevivência da natureza implica em sua própria sobrevivência com dignidade.

Desta forma, mesmo sabendo que inúmeros são os atores sociais que podem contribuir para se ao menos minimizar os efeitos advindos da degradação do meio ambiente, através da conscientização de que todos são responsáveis pelo mesmo, optou-se em abordar o papel da educação frente à responsabilidade socioambiental. Essa temática, se mostrou de extrema importância, tendo em vista, o modo de vida da nossa atual sociedade, da qual se valoriza muito mais o ter do que o ser, ocasionando um consumo exacerbado e grande produção de resíduos sólidos na natureza, resultando assim, em impactos ambientais e sociais.

Responsabilizar-se é trazer para si o comprometimento com as consequências que determinados atos podem gerar. Sendo assim, como questão central a ser discutida, pode-se indagar se a educação também vem trazendo para si a responsabilidade pelo meio ambiente através dos métodos educativos apregoados pelas instituições educacionais.

Sabendo que a escola é agente transformador ou conservador de doutrinas ideológicas, o presente estudo se justifica, na medida em que busca de forma crítica demonstrar como deve ser a postura da educação frente aos problemas ambientais, como fomentadora da conscientização ambiental e da responsabilidade pelo meio ambiente.

Tem-se por principal objetivo analisar a educação num contexto de corresponsável socialmente e agente transformador para a sustentabilidade. Para tanto, como objetivos específicos, se procurou investigar como a educação converge seus postulados referentes à responsabilidade socioambiental dentro da escola, local por excelência de transformação social.

Desta forma, espera-se que o conjunto de informações e opiniões aqui elencadas, possa elucidar com maior propriedade o tema em debate, trazendo um olhar mais apurado acerca da responsabilidade socioambiental na educação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Elaborou-se um questionário semiestruturado com 10 questões de múltipla escolha baseadas em pressupostos teóricos sobre o tema explorado. A pesquisa foi realizada com alunos do 7º, 8º, 9º anos do ensino fundamental de um colégio particular, sendo estes orientados a responderem o questionário junto aos seus familiares caso fosse necessário. A pesquisa objetivou conhecer as percepções dos alunos e seus familiares a respeito de questões ambientais relacionadas ao descarte do lixo e educação ambiental. A aplicação do questionário realizou-se no mês de setembro de 2020, por meio eletrônico (formulário do google), mantendo a identidade dos alunos oculta. Após a resposta dos questionários, estes foram analisados e colocados em gráficos.

2.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com alunos regularmente matriculados em um colégio particular localizado no município de Santo Anastácio (Figura 1), região oeste do estado de São Paulo. Os alunos matriculados na instituição advêm do próprio município e municípios próximos como Presidente Prudente, Ribeirão dos Índios, Presidente Bernardes.

FIGURA 1: Localização do município de Santo Anastácio.



Fonte: Wikipedia, 2020

2.2 TIPO DE PESQUISA

O trabalho aborda uma breve contextualização teórica sobre a educação ambiental nas escolas. O estudo em questão teve uma abordagem exploratória e descritiva com o desenvolvimento de questionário estruturado com questões de múltipla escolha.

Segundo Gil (2009), questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações e opiniões sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.

O questionário aplicado contou com 8 questões fechadas de múltipla escolha e 2 questões abertas. Nas questões fechadas, pediu-se aos entrevistados para que escolhessem uma alternativa entre sim ou não e talvez. Já nas questões abertas, o entrevistado poderia responder livremente de acordo com a sua opinião.

A elaboração das perguntas se deu de maneira clara, concreta e precisa, levando-se em consideração a idade, bem como o seu nível de informação e possibilitando apenas uma única interpretação, não sugerindo respostas e referindo-se a uma única ideia de cada vez.

A aplicação de questionários foi realizada para que houvesse um melhor entendimento em relação ao tema proposto nesse trabalho, comparando com a realidade apresentada nas respostas.

2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A presente pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário (APÊNDICE A), aplicado aos alunos por meio de um formulário eletrônico do Google.

Este meio de coleta foi utilizado devido ao fato de que os processos de pesquisa, tradicionalmente praticados (entrevista presencial, por meio escrito...), por vezes é limitado em função de custo, tempo, dispersão geográfica, o que pode ser resolvido com o uso da tecnologia Internet, pois este meio apresenta-se como uma forma rápida para a dispersão da pesquisa e o recolhimento dos dados, assim como

economia e acessibilidade, e também devido a pandemia do COVID-19, pelo qual estamos passando, que nos implica a praticar o isolamento social.

Não somente as atividades de impressão, postagem, entrevistas ou entrada de dados são reduzidas, mas também o espaço de tempo entre o momento onde a informação é fornecida e a divulgação dos resultados diminui consideravelmente devido a acessibilidade universal da tecnologia de informação (PITKOW, 1994).

2.4 ANÁLISES DOS DADOS

Após a resposta dos questionários, os dados foram agrupados conforme a similaridade de perguntas e respostas. Foi possível diferenciar assuntos dentre o questionário aplicado e assim apresentar uma linearidade nos resultados, buscando analisar e relacionar os resultados de forma quantitativa e qualitativa.

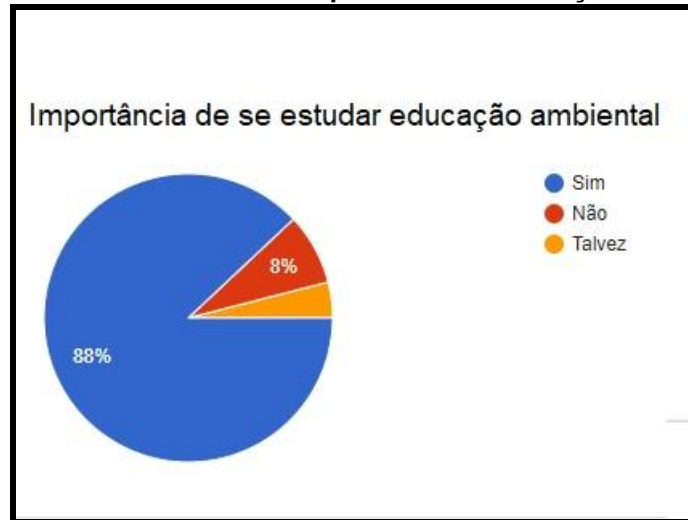
Foram analisados com vistas a perceber como é o entendimento da questão ambiental dentro das escolas e se a educação ambiental está sendo colocada em prática pelos alunos e moradores da cidade.

2.5 RESULTADO E DISCUSSÕES

A análise de algumas das informações obtidas, foram organizadas em gráficos que se referem à tabulação dos questionários aplicados e as respostas dos alunos.

Quando perguntado sobre a importância de se estudar educação ambiental dentro das escolas, nas categorias sim, não e talvez, a maioria das respostas que obtivemos (88%), acreditam sim na importância da educação ambiental dentro das escolas, que é essencial no currículo escolar, como mostra a figura 2.

FIGURA 2: Gráfico sobre a importância da educação ambiental.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

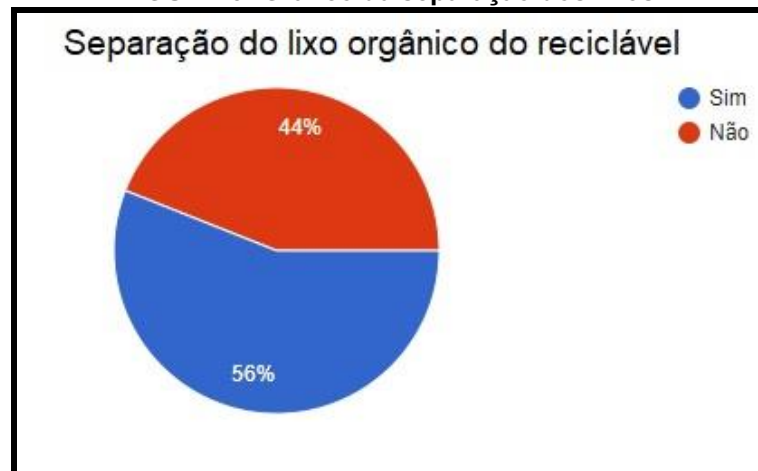
Esse resultado nos remete à importância que a educação ambiental passou a ter, a partir da década de 1970, como estratégia pela busca de qualidade de vida e de como ela se tornou essencial para alterar os problemas ambientais que se apresentam em nosso planeta (SANTOS e GARDOLINSKI, 2016).

As instituições de ensino sabem também dessa importância:

As instituições de ensino já estão conscientes que precisam trabalhar a problemática ambiental e muitas iniciativas tem sido desenvolvida em torno desta questão, onde já foi incorporada a temática do meio ambiente nos sistemas de ensino como tema transversal dos currículos escolares, permeando toda prática educacional (DE SOUSA et al., 2011, p.2).

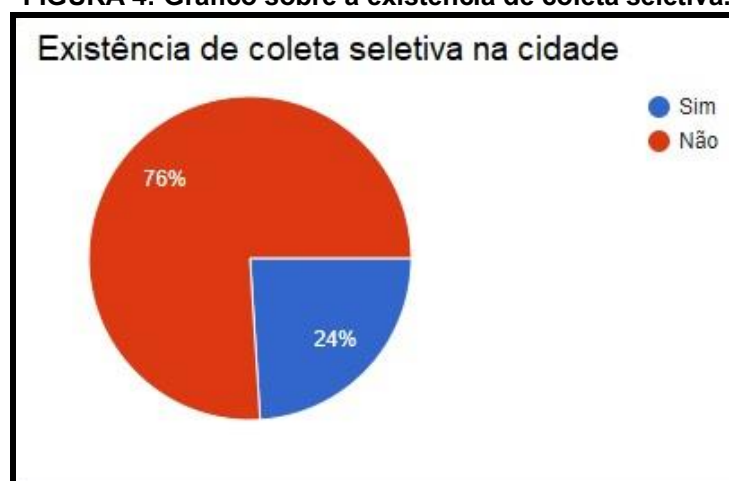
Assim, a educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadão conscientes para atuarem na realidade socioambiental. Para tanto, as escolas devem trabalhar mais ações e não somente informações e teorias sobre o tema, para que o aluno possa colocar em prática o que é visto em sala de aula.

Relacionando à importância da prática da educação ambiental, questionou-se sobre o entendimento dos alunos e seus familiares na relação entre o lixo, o meio ambiente, abordou-se a seguinte questão: Separação do lixo orgânico e reciclável. Quando questionado aos alunos sobre a realização ou não da separação do lixo orgânico do lixo reciclável, houve uma divisão entre as respostas, sendo 56% afirmou que separa o lixo e 44% não realiza a separação. (Figura 3).

FIGURA 3: Gráfico da separação dos lixos.

Fonte: elaborado pela autora.

Esta divergência de respostas entre separar e não separar o lixo reciclável, pode estar atrelada ao modo de vida das pessoas e também ao serviço público oferecido na cidade. Sabemos que um dos agentes responsáveis pelo cuidado com o meio ambiente é também o poder público, no caso a prefeitura. Quando perguntado se é oferecido o sistema de coleta seletiva na cidade, tivemos a surpresa de que somente em alguns bairros da cidade é oferecido pela prefeitura a coleta seletiva, visto que esta foi implementada na cidade no ano de 2019, porém, antes de haver de fato a coleta pela prefeitura, catadores já realizavam o trabalho de coleta do lixo reciclável.

FIGURA 4: Gráfico sobre a existência de coleta seletiva.

Fonte: elaborado pela autora.

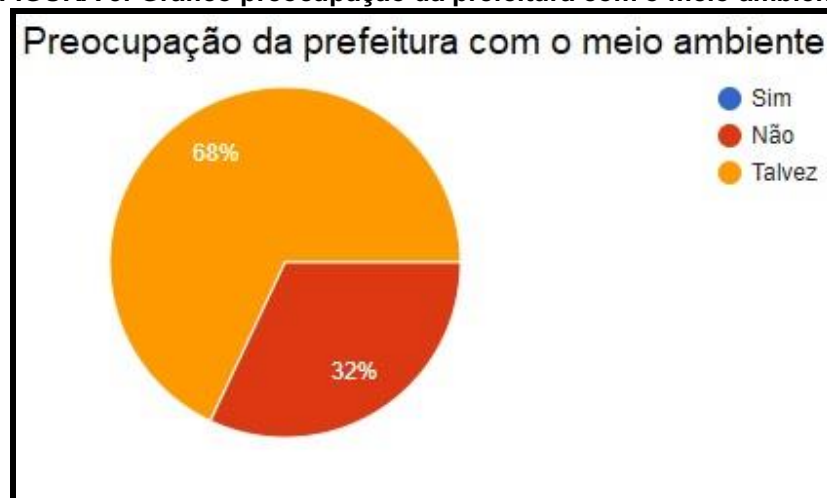
Para De Souza et al.(2011), a reciclagem é um conjunto de técnicas desenvolvida pelo homem, com o objetivo de aproveitar os restos de lixos

descartados e minimizar a poluição no meio ambiente, e para que isto ocorra é necessária a separação do lixo. Para tanto, é necessário o engajamento da população e também do poder público das cidades. Pois segundo a autora:

Além de contribuir positivamente para a imagem do prefeito e da cidade, a coleta seletiva exige um exercício de cidadania, no qual os cidadãos assumem um papel ativo em relação à administração da cidade. Além das possibilidades de aproximação entre a população e o poder público, a coleta seletiva pode estimular a organização da sociedade civil (DE SOUZA, et al., 2011, p. 11).

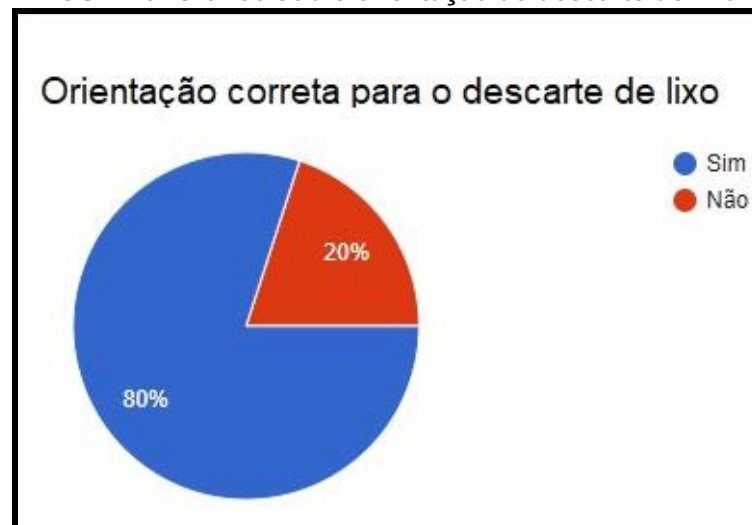
Feita essa análise, questionou-se os alunos também sobre a preocupação da prefeitura com o meio ambiente. Quando perguntado se a cidade se preocupada com o mesmo, onde as possibilidades de respostas eram sim, não e talvez, a maioria (68%) optou por responder talvez, e 32% respondeu não, ou seja, além da falta de coleta seletiva em alguns pontos da cidade, o poder público está deixando a desejar quando o assunto é meio ambiente.

FIGURA 5: Gráfico preocupação da prefeitura com o meio ambiente



Fonte: elaborado pela autora.

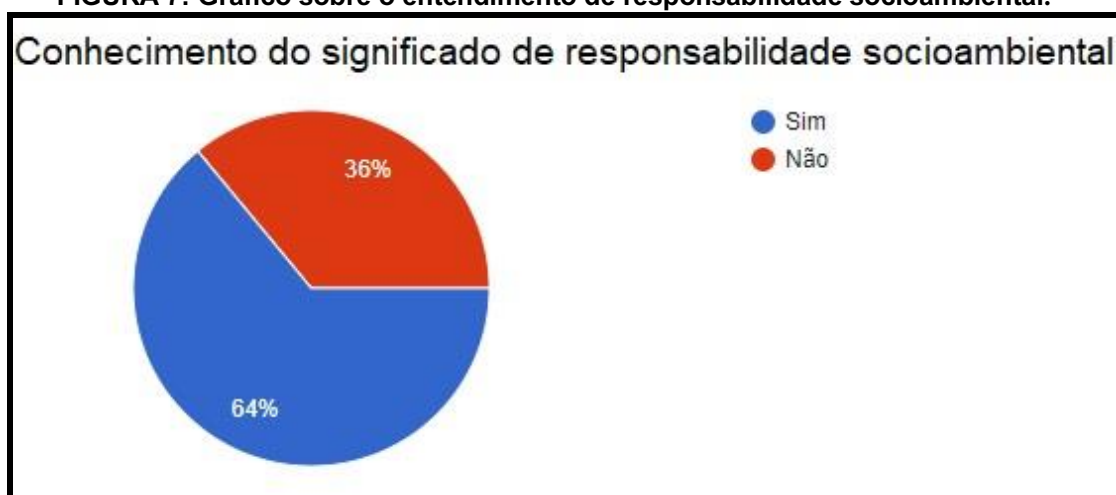
Questionado a respeito do fornecimento de orientação em educação ambiental proveniente de algum órgão público como prefeitura ou outra instituição com o objetivo de orientar sobre a destinação do lixo produzido em sua propriedade, tivemos o resultado mostrado (Figura 6):

FIGURA 6: Gráfico sobre orientação do descarte de lixo.

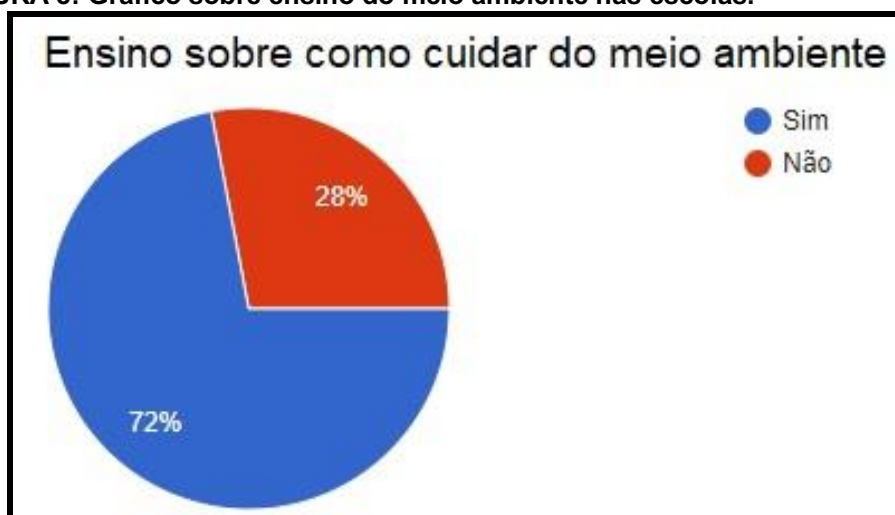
Constata-se que 20% dos entrevistados nunca tiveram orientação de como descartar corretamente o lixo em sua propriedade, ou até mesmo nunca tiraram dúvidas a respeito do assunto, comprovando uma certa falta de atenção do poder público com esta problemática ambiental que é o lixo produzido, visto que, hoje a maioria da população dentro das cidades, tem acesso à internet, televisão e outros meios de comunicação dos quais a prefeitura poderia utilizar para conscientizar a população.

A educação ambiental é um fator importante na contribuição do desenvolvimento sustentável, pois ela possibilita um processo de aprendizado e valorização dos recursos naturais, mas embora seja de suma importância, ainda não é um mecanismo muito presente no país (TOLFO, 2011).

Por fim, perguntamos sobre o conhecimento da responsabilidade socioambiental, se já ouviram de alguma forma, a menção do tema seja na escola ou livros, televisão. A maioria (64%) respondeu que não sabe o significado do conceito e a minoria (36%) respondeu que sabe o que é (Figura 7). E quando perguntado, se são ensinados como cuidar do meio ambiente na escola, a porcentagem maior de respostas foi sim (72%) (Figura 8).

FIGURA 7: Gráfico sobre o entendimento de responsabilidade socioambiental.

Fonte: elaborado pela autora.

FIGURA 8: Gráfico sobre ensino do meio ambiente nas escolas.

Fonte: elaborado pela autora.

Isso demonstra que a participação da comunidade precisa ser estimulada não somente pela escola que está cumprindo o seu papel na educação do meio ambiente, mas também pelo poder público, partindo da conscientização da problemática do lixo, que devido, muitas vezes, à falta de acesso a meios de comunicação ou internet este tipo de informação acaba não chegando de forma suficiente e eficiente à população.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 A PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Por anos o discurso desenvolvimentista foi apregoado por todas as nações, as quais desejavam se destacar a nível mundial como potências. Em virtude disso, inúmeras atrocidades foram cometidas, não só em relação ao aumento de mazelas sociais trazidas por este desenvolvimento, mas, também ao meio ambiente.

Ao passo em que o desenvolvimento tecnológico e industrial trouxe várias comodidades aos seres humanos, por outro lado, o ônus ambiental sorrateiramente foi se estabelecendo, ao ponto de atualmente ter se convertido em verdadeiro problema de cunho mundial, capaz de prejudicar a todos os seres vivos que habitam no planeta.

Em decorrência da destruição do meio ambiente, o tema sustentabilidade está cada vez mais em pauta, levando os países e a sociedade em geral a adotarem novas formas de se impetrar o desenvolvimento e, por consequência, o consumo, a fim de se evitar ou ao menos minimizar os impactos causados pelo homem ao meio ambiente.

A origem do tema sustentabilidade adveio da Alemanha, no início do séc. XIX, oriundo da exploração da madeira. A partir do final do séc. XIX e princípio do século XX surgem na Europa os primeiros desenhos sobre problemas ambientais, entre eles o efeito estufa e as mudanças climáticas (MARTINS, 1995).

Pouco depois, diversos países retomam suas atenções com as questões ambientais, fazendo com que o tema novamente ganhasse força a partir de 1968, estimulado pelos movimentos sociais e em seguida pelo colapso do petróleo.

Na década de 1970, mais precisamente em 1972, acontece em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, onde se firmou a imperiosidade da implementação de práticas ambientais apropriadas para agenciar um desenvolvimento socioeconômico justo, nomeado neste período de ecodesenvolvimento, que mais tarde viria a ser denominado de Desenvolvimento Sustentável (MARTINS, 1995).

A partir deste período muitas ações, objetivando as questões ambientais, começam a ser arraigadas em todo o mundo. Em 1987 surge o Relatório Brundtland

que foi chamado de Nosso Futuro Comum, ordenado pela CNUMAD e apresentado à Assembleia Geral da ONU em 1997(MARTINS, 1995).

O relatório apresenta informações sobre a deterioração ambiental abarcando causas e efeitos, e propondo políticas internacionais para o auxílio nas questões econômicas, sociais, políticas e ambientais, no intuito de buscar o crescimento econômico combinado com a preservação do meio ambiente.

Neste sentido, procurou-se identificar os interesses dos países subdesenvolvidos, onde o desenvolvimento sustentável surge conexo com os problemas da pobreza, contentamento das necessidades básicas onde,

A possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, deve se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 01).

O desgaste da natureza foi amiúde considerado resultante da crescente demanda de recursos e da poluição originada da melhoria do padrão de vida dos mais abastados. Porém, a própria pobreza polui o meio ambiente, criando igualmente desgaste ambiental.

No intuito de contribuir para a solução de tais dificuldades, a comissão aplicou sua atenção em algumas áreas, formando parâmetros políticos, que são: população, segurança, alimentar, extinção de espécies, esgotamento de recursos genéticos, energia, indústria e assentamentos humanos; que contém indicações, haja vista que todas as áreas se inter-relacionam e não podem ser tratadas como um organismo isolado (MARTINS, 1995).

Tais propostas geraram mais um encontro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada ECO-92 ou Rio 92, realizada no Rio de Janeiro. Durante os encontros refletiu-se sobre o meio ambiente e sua analogia com o desenvolvimento, demonstrando-se claramente que pobreza e destruição da natureza andam juntas, e que os moldes de produção e consumo devem ser transformados, sobretudo nos países industrializados. (MARTINS, 1995)

A Agenda 21 foi resultado deste encontro e é avaliada como um programa estratégico, genérico, que tem por fim estabelecer o desenvolvimento sustentável no século XXI. Elucubra um acordo mundial e um compromisso político no que tange ao desenvolvimento e cooperação ambiental, tendo por escopo minimizar os impactos

causados pelo desenvolvimento acelerado e impensado ao meio ambiente, ou seja, conciliar produção e consumo, sem comprometer o meio ambiente e gerações futuras.

Assim, em decorrência da internacionalização dos padrões de qualidade, da conscientização crescente dos consumidores e a propagação da responsabilidade socioambiental nas instituições, as cobranças futuras da sociedade, no que diz respeito à preservação do ambiente e à qualidade de vida, serão cada vez mais intensificadas.

Nas palavras de Silva *et. al.* (2005) existe uma propensão mundial para se estabelecer o desenvolvimento sustentável, justamente por isso é preciso valorizar tal desenvolvimento, pois esse mecanismo é que pode motivar a preservação ambiental.

Ademais, todos estes esforços concentraram-se na premissa de se fazer nascer maior conscientização e, com esta, responsabilidade com o meio ambiente para se permitir que gerações futuras também pudessem usufruir dignamente do mesmo.

3.2 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em conformidade com Lowy (2005) em termos de meio ambiente, pode-se observar que a sociedade cada vez mais vem se manifestando de forma predatória com a natureza. Este comportamento decorre do paradigma capitalista arraigado nos modos de produção e consumo.

Esse cenário é que mostra a aproximação da sociedade com o desastre ambiental que vem se perpetuando no decorrer das últimas décadas. Tanto que apontamentos feitos por diversos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da degradação do meio ambiente apontam para a crescente destruição causada pelo homem ao planeta, a qual pode ser confirmada, inclusive defronte ao comportamento consumista desenvolvido pela sociedade atual.

Justamente por isso, a responsabilidade socioambiental seja um tema que se encontra no centro dos debates sobre o crescimento econômico, inclusão social e meio ambiente.

(...) ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente, mas sim, entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar. (LAYRARGUE, 1997, p. 06):

Sendo assim, em termos de responsabilidade socioambiental, esta é espécie do gênero desenvolvimento sustentável, posto que a primeira faz parte da dimensão social que abrange a sustentabilidade, ou seja, abarca as dimensões sociais, econômicas e ambientais, tidas como pilstras do desenvolvimento sustentável, como bem ensina Melo Neto (1999).

Conforme o aludido autor, a responsabilidade socioambiental abrangeria os seguintes aspectos: “os direitos humanos; os direitos dos empregados; os direitos dos consumidores; o envolvimento comunitário; a relação com fornecedores; o monitoramento e a avaliação de desempenho; os direitos dos grupos de interesse” (MELO NETO, 1999, p. 90).

Tais aspectos devem harmonizar-se entre si, trazendo soluções ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

De acordo com Demajorovic (2003) a sustentabilidade deve partir de uma visão holística, que abarque a responsabilidade socioambiental, a qual tem como prioridade modificar os processos desenvolvimentistas e, com isso, implante uma nova mentalidade na sociedade que alie os aspectos ambientais a economia.

Neste compasso, a sustentabilidade, pode ser delineada como fusão dos aspectos sociais, ambientais e econômicos do desenvolvimento sustentável, isto é, pode ser vista pela ótica da responsabilidade social.

A sustentabilidade não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como ecológica. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana/ natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório. (JACOBI, 1999, p. 176)

Entende-se, portanto, segundo os ensinamentos do supracitado autor que, a sustentabilidade apenas pode ser compreendida como um processo em que,

(...) de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. De outro, o crescimento deve

ênfatar os aspectos qualitativos, notadamente aqueles relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água (JACOBI, 1999, p. 178).

De tal forma, a responsabilidade socioambiental, vista sob a ótica da sustentabilidade, implica em não só encontrar limites, mas ainda, obrigar que limites contra o crescimento sejam enraizados nas sociedades no que tange a exploração dos recursos naturais.

A ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir uma limitação nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilização e de constituição de valores éticos. (JACOBI, 1999, p. 178)

Deve-se, por conseguinte, encontrar meios para a essa ideia de limitação seja disseminada. Neste sentido, o trabalho nas instituições escolares é de extrema relevância, pois os conceitos e objetivos da sustentabilidade e, logo, da responsabilidade socioambiental, devem adentrar de forma concreta na sociedade e, a escola, indubitavelmente é uma das instituições que podem de forma valorosa contribuir para que o desenvolvimento sustentável realmente passe a fazer parte do cotidiano social.

Além disso, Jacobi (1999) também ressalta que é preciso não ignorar dimensões culturais nem as relações de poder existentes na sociedade e, muito menos, o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de somente manter um padrão predatório de desenvolvimento, haja vista que:

(...) o avanço rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Isso implica principalmente a necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. O caminho a ser desenhado passa necessariamente por uma

mudança no acesso à informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência na gestão (JACOBI, 1999, p. 178).

Presentemente, o mote sustentabilidade é elemento crucial para todas atividades, haja vista que é tido como uma prerrogativa para qualquer instância econômica que explora direta ou indiretamente recursos ambientais, a fim de que se possam garantir as gerações futuras e presentes o bem estar ambiental e, por conseguinte social, mesmo frente ao desenvolvimento econômico.

Diante disso, surge a responsabilidade socioambiental, proposta já em discussões precedentes e sucedentes a Rio-92, que preconiza as metodologias para o enfrentamento do desenvolvimento desenfreado, o qual deve ter agora como desafio, de acordo com Camargo *et. al.* (2004, p. 389) de “planejar e fomentar o desenvolvimento econômico sem antecipar o esgotamento dos recursos naturais”.

Corroborando com Camargo, Torres (2003) ressalta ainda que o desenvolvimento sustentável, que emprega a responsabilidade socioambiental como um de seus postulados deve estar sujeito ao planejamento e ao reconhecimento de que os recursos naturais da Terra são finitos e são de todos.

Na procura de implementar tais concepções é que cabe também a escola, como uma das mais importantes instituições sociais, adotar distintas abordagens para se tratar da responsabilidade socioambiental, haja vista que esse setor, deve ter sua parcela de responsabilidade evidenciada, fazendo da ética e do desenvolvimento sustentável, elementos inseparáveis de seus objetivos.

3.3 OS ATORES SOCIAIS E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

De acordo com Carneiro (2001), um conceito relevante para se cooperar com a sustentabilidade é saber de quem é a responsabilidade de inserir e ordenar os programas de desenvolvimento sustentável.

Conforme os princípios da Agenda 21, “o encargo é da sociedade civil organizada, por meio do sistema de parceiros sociais para o desenvolvimento sustentável”.

Carneiro (2001) ressalta que a participação dos domínios locais é crucial, pois é deles a responsabilidade de supervisionar programas, manter infraestruturas, fixar normalizações, auxiliar na implantação de políticas nacionais, além de serem basais para a dinamicidade da sociedade no apoio ao desenvolvimento sustentável.

Já Barbieri (1997) elucida que o cap. 28 da Agenda 21 destina-se ao fortalecimento das autoridades locais como consortes na ação de desenvolvimento sustentável e lembra que cada autoridade local deve encetar um diálogo com seus cidadãos, organizações comunitárias e empresas particulares locais.

A problemática da sustentabilidade assume, neste final de século, um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram para garantir equidade e articular as relações entre o global e o local. A área social é atualmente onde se explicitam os maiores desafios de respostas que possibilitem uma articulação dos diferentes interesses em jogo. A organização democrática do poder local assume cada vez mais um espaço central numa agenda que contemple a necessária articulação não só entre atores, mas entre políticas. (JACOBI, 1999, p. 43)

Observa-se que o fortalecimento local, no que tange as questões ambientais, sobretudo de responsabilização, pode ser tido como o verdadeiro mecanismo de incentivo para se criar condições de enfrentamento da situação atual que vão de encontro com o desenvolvimento insustentável.

É neste sentido que o referido autor entende ser fundamental se criar condições para inserir crescentemente a problemática ambiental no universo da gestão local, e principalmente em relação à dinâmica das políticas sociais.

Fortalecer a gestão local em termos da problemática ambiental implica também em fazer com que esta gestão delegue autoridade para que outros atores sociais, tais como: escolas, organizações, igrejas, associações, etc., para que

igualmente façam parte do processo de conscientização para a responsabilização socioambiental.

Essa necessidade se faz urgente, posto que a ideia de responsabilidade socioambiental deva ser uma força integradora e capaz de se unir em diversas entidades e organizações, ou seja, sem a união desses atores sociais, não é possível estabelecer, ou melhor, calcar na sociedade e, nas futuras gerações, uma consciência ambiental.

Essa união dos atores sociais será capaz de contribuir para que surja a concepção na sociedade de que o meio ambiente não se limita apenas a fauna e a flora, mas está intimamente relacionado com qualidade de vida, saúde, bem-estar, lazer, educação e, desta forma, preservá-lo, implica em respeitar e também preservar a vida digna de todos os seres que habitam o planeta.

Essa cadeia de relações é vista por Cheida (2003, p. 08) da seguinte forma:

A economia é uma invenção humana; o homem é uma invenção da natureza. Mais que isso: o ser humano é a parte pensante da natureza. Assim, é sua a opção de conservar ou degradar; deixar viver ou retirar a vida; manter ou extinguir uma espécie. Ele é o único dentre as espécies que pode optar em destruir uma floresta ou desfrutar dela mantendo-a em pé. Dessa forma, a sustentabilidade é, antes de mais nada, uma opção: cresceremos destruindo ou preservando. (CHEIDA, 2003, p. 08)

Nestes novos tempos uma nova ordem estabelece que o processo produtivo deva ser: justo, viável e, ambientalmente correto, caso contrário, o discurso da sustentabilidade poderá tornar-se insustentável, não passando de retórica demagoga (CHEIDA, 2003).

Para se concretizar esse discurso, Jacobi (1999, p. 44) novamente ressalta a democratização das relações de poder como ferramenta chave:

A configuração desse novo paradigma se concretiza de forma efetiva através da ampliação e democratização das relações de poder, através de práticas participativas de discussão das políticas públicas e do compartilhamento das informações e do estímulo ao debate público sobre o significado social das ações desenvolvidas. A possibilidade de comprometimento público dos diversos atores sociais envolvidos potencializa a articulação de políticas públicas dentro de uma perspectiva de consolidar uma abordagem estratégica de desenvolvimento social, participativa, intersetorial e sustentável do ponto de vista socioambiental. (JACOBI, 1999, p. 44)

Nessa seara, cabe ao poder local a tarefa de fomentar políticas que estimulem a participação dos indivíduos dentro de uma perspectiva intersetorial reforçando diálogos que estimulem uma compreensão dos processos a partir dos seus componentes, sociais, econômicos, ecológicos, espaciais, educacionais e culturais (JACOBI, 1999).

Desta forma, a responsabilidade socioambiental esta sujeita à adoção de medidas que considerem os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais de uma forma unificada, bem como o equilíbrio entre a necessidade e as limitações, constituindo o princípio da economia ecológica-social (CARNEIRO, 2001).

Sabe-se que para colocar em prática essa proposta é imperativo desenvolver a conscientização, pois só então será perfilhada uma verdadeira responsabilização pelo meio ambiente, já que os próximos anos trarão cada vez mais a certeza de que é preciso comprometimento para se preservar o planeta e, por conseguinte, a vida de todos os seres.

3.4 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO

A prática da educação ambiental nas escolas em âmbito nacional, é extremamente importante, visto que, muitos dos estudantes serão os adultos responsáveis pelo meio ambiente, utilizando seus recursos naturais, tendo portanto, o dever de ter uma consciência ambiental para produzir sem degradar (TOLFO,2011).

Para que este ideal se concretize, é necessário um sistema de educação que busque despertar a sociedade para os problemas ambientais, educando e salientando a importância das ações individuais e coletivas nesta busca pela qualidade de vida (CHAVES,2010).

Como se observou no item anterior, a responsabilidade socioambiental deve ser cultivada por diversos atores sociais. Dentre os mais importantes, encontra o poder local e também a escola, já que a última é fonte de aproximação e mediação do saber.

Segundo De Souza et al. (2011), o professor é uma figura de conscientização dentro da sala de aula, educando desde a limpeza da mesma até a

preservação fora do ambiente escolar, ligando o conteúdo ministrado às questões do cotidiano dos alunos.

Isso ocorre, pois a responsabilidade socioambiental envolve diversos atores sociais, potencializando o engajamento de vários sistemas de conhecimento. Sendo assim, como explica Jacobi (2003, p. 190):

A produção de conhecimento necessita considerar as inter-relações do meio natural com o social, abrangendo a apreciação dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e os modos de organização social que alargam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. (JACOBI, 2003, p. 190)

Avaliando que grande parte da população ainda não faz bom uso daquilo que o meio ambiente pode proporcionar, é imperioso despertar novos modos de pensar e agir nesta população e, para tanto, para se minimizar os problemas ambientais, é necessário transformar os sistemas de conhecimento, os valores pessoais e as condutas humanas, já que estes é que embasam toda e qualquer atitude dos indivíduos.

Neste sentido, a escola é a instituição por excelência para se inserir, através da educação ambiental, os pressupostos da responsabilidade socioambiental na sociedade, já que esta sendo ponte para o saber e o conhecimento, possuiu maiores habilidades metodológicas para esta prática, que mais do que uma pratica conscientizadora se revela educativa.

Para Layrargues (2004, p. 09):

O predicado ambiental indica uma classe de peculiaridades que caracterizam uma prática educativa, diante desta crise ambiental que o mundo vivencia. Entre essas características, está o reconhecimento de que a educação clássica tem sido não sustentável, tal quais os demais sistemas sociais, e que para permitir a transição societária rumo à sustentabilidade, precisa ser reformulado.

Dessa forma, o autor estabelece que a responsabilidade socioambiental na escola pode ser fomentada através da educação ambiental, disciplina voltada para práticas educativas referentes à questão ambiental. Todavia, não há apenas uma educação para o meio ambiente, mas inúmeras propostas, já que cada uma vai ao encontro de cada cultura, cada civilização presente no planeta.

É justamente neste sentido, que o professor ao trabalhar o tema responsabilidade socioambiental não pode limitá-lo apenas a disciplinas das áreas de ciências, pois como bem argumenta Grun (1996, p. 105) isso certamente trará prejuízos para a transformação de condutas, posto que:

Ao limitar a educação ambiental quase que excepcionalmente ao ensino de biologia, acaba-se por restringir a abordagem fundamentalmente complexa, multifacetada, ética e política das questões ambientais aos seus elementos biológicos. (GRUN, 1996, p.105)

Nesse sentido, é necessária a defesa de uma educação ambiental que englobe todas as disciplinas e, ainda os movimentos sociais, ou seja, que os pressupostos de tal educação estejam comprometidos com os ideais de democracia, participação social e cidadania. Essa seria a verdadeira proposta para se arraigar a responsabilidade socioambiental na escola.

Uma educação ambiental que realmente esteja engajada com a responsabilidade socioambiental deve conscientizar que a crise ambiental é oriunda de um projeto civilizatório esgotante, que viu no progresso e no saber uma forma de dominação e controle, degradando a vida humana e o planeta (GRÜN, 1996).

Diante disso, cabe a escola não ser um subterfúgio para poucos que ainda veem no poder do capital uma forma de dominação, mas sim ser empregada como mecanismo de mudança social, cultural e comportamental, que simultânea a outras iniciativas políticas, legais, sociais, econômicas e tecnocientíficas, busca responder aos desafios colocados pela crise socioambiental.

Do mesmo modo, a responsabilidade socioambiental atribuída à escola, não deve ser vista apenas em projetos que a mesma desenvolve dentro de seus muros para preservar o meio ambiente, como coleta diferenciada de lixo, economia de energia e papel, dentre outras. Essa seria uma tese reducionista. Mais do que tais projetos, a escola deve abraçar sua função social de responsável solidária pela mudança atitudinal dos indivíduos frente ao meio ambiente, por isso sua metodologia deve ir além de seus contornos físicos, abarcando a esfera abstrata do conhecimento. Para Machado (2007, p. 25):

É desta maneira que o reducionismo existente nos debates em torno da problemática ambiental, que tratam a crise ambiental somente a partir dos seus limites internos, respinga nas propostas de responsabilidade socioambiental e esta, de uma maneira geral,

acaba sendo direcionada para alterar os maus hábitos e comportamentos dos indivíduos em relação à natureza. Assim, a questão ambiental acaba sendo tratada ora como um problema estritamente ecológico, ora como um problema técnico, ora como um problema comportamental dos indivíduos, equívocos que ocorrem ao se desconsiderar a multidimensionalidade necessária e inerente às relações entre sociedade e o ambiente. (MACHADO, 2007, p.25)

A concepção retrógrada de que a responsabilidade socioambiental na escola se dá apenas em virtude de como esta, como instituição pode contribuir para a preservação, somente em detrimento de métodos como os elencados (economia de energia, controle de água, coleta de lixo, etc.), impede que a escola verdadeiramente desempenhe uma função concreta em relação à questão ambiental.

Não que a escola não deve dar o exemplo, mas reduzir sua responsabilidade socioambiental apenas neste patamar pode ser considerado no mínimo irresponsabilidade com as futuras gerações e com seu papel transformador.

Obviamente, como bem apregoa Machado (2007, p. 25) a escola, através da educação ambiental, não tem o condão de sozinha conscientizar para a responsabilidade socioambiental, a escola não pode “cumprir a missão salvadora ou solucionadora dos graves problemas ambientais, supervalorizando, portanto, essa prática educativa como sendo capaz, sozinha, de reverter à crise ambiental”.

Não obstante “é na compreensão dos limites e possibilidades do processo educativo para a responsabilização socioambiental, na superação de tal crise, que iremos legitimar a escola enquanto transformadora de hábitos” (MACHADO, 2007, p. 25).

Essa transformação da postura dos indivíduos frente ao meio ambiente deve ser entendida pela escola como uma de suas responsabilidades. Educar é um ato político, pois parte do pressuposto de que o indivíduo juntamente com suas ações interfere na coletividade, no sentido em que estabelece relações com outros indivíduos, passando a influenciar outras pessoas (SAVIANI, 2000).

Nada obstante, ao passo que se observa essa dimensão valorizada da escola, existe também um lado desvalorizado, o qual é explicado por Machado (2007, p. 30), a qual acredita que esse paradoxo é inerente as classes sociais,

(...) com interesses opostos e que a instrução generalizada da população contraria os interesses de estratificação de classes; de modo que a depreciação da educação escolar tem como objetivo

reduzir o seu impacto em relação às exigências de transformação da própria sociedade. (MACHADO, 2007, p.30)

Diante disso, pode-se dizer que a escola oscila entre a supervalorização de seu poder de transformação e a descrença total dos que a veem apenas como reprodutora da ordem social dominante. A respeito disso Saviani (2000, p. 58) ensina:

Ora, a escola está inserida numa sociedade dividida em classes com interesses opostos e é de se esperar que ela não fique imune a esses conflitos. Do mesmo modo que a educação é influenciada e determinada pela sociedade, ela também tem poder para interferir na sociedade, num movimento de ação recíproca.

Ratificando o exposto, Machado (2007, p. 30-31) explana que:

Entender a escola como uma instituição desvinculada das outras instituições sociais, como se pudesse ser construída de maneira autônoma da sociedade, impossibilita entender o movimento contraditório que, ao mesmo tempo em que universaliza a educação escolar, a neutraliza perante a sociedade. É nesse sentido que, a partir da imobilidade das críticas feitas ao papel social da escola, se inicia a articulação de teorias que procuram, de maneira igualmente crítica, enxergar a escola como uma instituição, entre outras instituições sociais, que é capaz de contribuir com a transformação da sociedade.

O grande problema da educação e, por conseguinte, da atuação desta frente à responsabilidade socioambiental, é a supervalorização do poder educacional, haja vista que,

Os valores não podem ser construídos pedagogicamente e difundidos didaticamente em programas educativos. Os valores se constroem nas práticas e nos saberes reciprocamente implicados. E mais do que isso, são contextualizados numa rede singular de poder que lhes confere um lugar de significação. Assim, produzir valores é se engajar nas práticas que disputam, muito concretamente, no dia a dia da vida social, o acesso ao imaginário social, e à produção dos saberes. A educação não está fora desse movimento. É também uma prática social, engajada num movimento histórico e numa formação de poder. E é desse lugar que engendra uma produção particular de saber. No entanto, esse saber não é mais legítimo que outros, uma vez que estamos falando de um saber formal, organizado em conteúdos. Nesse sentido, todas as práticas geram saber e, portanto, são educativas (MACHADO, 2007, p. 32).

Em outras palavras, a autora reconhece a importância da responsabilidade socioambiental da escola e defende a construção de uma instituição escolar que

consiga harmonizar todos os desafios hodiernos, dentre eles a questão do meio ambiente, contudo, não dando total responsabilidade a escola na disseminação de valores, como no caso dos ambientais, já que todas as práticas humanas geram conhecimentos e, por assim o ser, devem ser também alvo de transformações para a apreensão da questão ambiental.

Deste modo, Machado (2007, p. 33) admite que:

Acreditamos que o trabalho da incorporação da responsabilidade socioambiental ao currículo escolar, com todos os seus pressupostos contemplados, é também um trabalho em defesa da qualidade da educação escolar básica, uma vez que sua inserção exigirá da escola mudanças que poderão refletir na melhoria da educação em geral. Assim, acreditamos que o campo da educação ambiental guarda a potencialidade de promover a reflexão e a problematização das relações entre sociedade e o meio ambiente e de influir sobre a sensibilidade e a consciência dos indivíduos e coletividade sobre a natureza problemática dessas relações e sobre as mudanças necessárias ao seu redirecionamento. Consiste, portanto, em um instrumento, entre outros, portador da capacidade de promover mudanças que forneçam respostas aos desafios ambientais contemporâneos.

A incorporação da responsabilidade socioambiental pela escola se traduz em mais uma ferramenta capaz de dar cátedra a educação de transformadora social, já que aproxima a escola dos problemas advindos com a modernidade e, com isso, incorporando os problemas vivenciados pelos alunos, essa metodologia consegue mostrar a importância de cada indivíduo dentro da história e da sociedade.

Com isso, a educação escolar passa a:

(...) vincular a pedagogia do ambiente a uma pedagogia da complexidade; quer dizer, induzir e fomentar as capacidades e habilidades mentais para ver o mundo como sistemas complexos, para compreender a causalidade múltipla, a indeterminação e a interdependência entre diferentes processos; para articular-se subjetivamente na produção de conhecimentos e nos sentidos do saber. Isto implica em revalorizar o pensamento crítico, reflexivo e propositivo frente às condutas automatizadas que são geradas pelo pragmatismo e pelo utilitarismo da sociedade atual (LEFF, 2001, apud MACHADO, 2007, p. 45).

Assim, a responsabilidade socioambiental vista sob a égide escolar pode fazer com que os educandos compreendam a crise ambiental em todas as suas esferas: sociais, políticas, econômicas, culturais, já que propicia uma reflexão crítica de todos esses elementos, não admitindo como hipótese para a crise ambiental apenas concepções simplistas como desmatamentos, aquecimento global, dentre

outros; a responsabilidade socioambiental deve analisar profundamente a atuação do homem diante da natureza no qual este exerce domínio.

Fazendo isso, a responsabilidade socioambiental traz aconchego para aqueles que buscam soluções concretas para se transformar o atual modelo dominante, dando esperança para se construir caminhos benéficos para o indivíduo, à natureza e a sociedade (MACHADO, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da crise ambiental que vem sendo perpetuada no decorrer das décadas, surgem inúmeras preocupações em torno do meio ambiente e de como o homem pode tentar diminuir o impacto ambiental causado por suas ações.

Em decorrência disso, Tratados e Convenções são firmados, documentos internacionais são criados, a fim de se estabelecer quais os papéis de cada nação, organização e instituições sociais, na luta pela preservação do meio ambiente.

Um desses atores sociais de extrema relevância, não apenas para se conscientizar os indivíduos sobre a crise ambiental, mas, capaz de transformar tais indivíduos em sujeitos de sua história, é a educação, representada pelas instituições escolares. Essa função da educação foi encontrada no decorrer da pesquisa, revelando que sim, a educação, através da escola pode também contribuir com a responsabilidade socioambiental e com isso ajudar a minimizar a crise pela qual o planeta vem passando.

Do mesmo modo, pôde-se verificar que a escola, enquanto meio de exteriorização da educação, deve ir além de projetos já desgastados para se trabalhar a crise ambiental e a responsabilidade socioambiental. Ou seja, não basta apenas que o alunado saiba como economizar energia, água ou selecionar o lixo.

É preciso que a escola seja palco de um conhecimento mais profundo acerca da relação entre crise ambiental e desenvolvimento sustentável, demonstrando que os efeitos de uma natureza degradada não se mostram apenas em mudanças climáticas ou demais consequências.

Uma educação que se diga, também como sustentável e responsável socialmente, deve acima de tudo primar pelo esclarecimento de que a crise ambiental está envolta em uma teia, a qual abarca o consumo desenfreado, as diferenças de classes, a falta de saneamento, a produção desrespeitosa, enfim, toda uma gama de fatores que trazem cada vez mais mazelas sociais.

Neste sentido, a responsabilidade socioambiental na educação deve dialogar com outros aspectos, que não só meros projetos, mas, sobretudo, comprometimento com o saber e o esclarecimento das futuras gerações sobre os mais diversos aspectos que circundam a crise ambiental instalada presentemente. E a responsabilidade socioambiental é de diversos atores, não somente da escola, mas também do poder público, este, necessita ter um maior comprometimento no

quesito preservação do ambiente e ações sustentáveis, como vimos através da realização deste trabalho.

Espera-se que este estudo seja utilizado como indicações para futuras pesquisas dentro das intuições escolares, como estas estão trabalhando a questão da conscientização ambiental e, ainda, se essa conscientização está trazendo benefícios para uma transformação atitudinal dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CAMARGO, Aspácia; CAPOBIANCO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Orgs.). **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos após Rio-92**. 2. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARNEIRO, Marcus. **A sustentabilidade das atividades de aquicultura e pesca**. São Paulo: Instituto de Pesca, 2001.

CHEIDA, Luiz Eduardo. **A política ambiental do governo do Paraná**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Palestra proferida pelo Secretário no Seminário Internacional de águas/Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://cheida.com.br/adm/newsletter>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPERJ. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.crescentefertil.org.br/agenda21/>> Acesso em: 10 jun. 2013.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Senac, 2003.

DE SOUSA, Gláucia Lourenço et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, 2011.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papyrus, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Revista da USP. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/2003.

_____, Pedro. **Meio ambiente e sustentabilidade**. In: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam. O Município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, 1999.

JACOBI, Pedro. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade**. Revista Saúde e Sociedade. n. 8 (1): 31-48, 1999.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Revista Proposta, Salvador, n. 71, p. 5-10, 1997.

LOWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Julia Teixeira. **Um estudo diagnóstico da educação ambiental nas escolas do ensino fundamental do município de Piracicaba/SP**. Dissertação (Mestrado). Piracicaba: USP, 2007.

MARTINS, Sérgio Roberto. **Limites do desenvolvimento sustentável na América Latina e no marco das políticas de (re) ajuste econômico**. Pelotas-RS: UFPel, 1995.

MELO NETO, Francisco. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

PITKOW, J. E. e RECKER, M. M. (1994) - Using the web as a survey tool: Results from the second WWW user survey. Journal of Computer Networks and ISDN Systems, 27 (6). WWW URL http://www.cc.gatech.edu/gvu/user_surveys/papers/survey_2_paper.htm.

SANTOS, Susana Peres dos; GARDOLINSKI, Maria Terezinha Hanel Antoniazzi. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL**. 2016. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=1VmNggPU170%3d&tabid=5639>. Acesso em: 19 set. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, Ana Paula Lima Marques da. CAVALCANTE, Maria Cristina Tenório Cabral. **Educação ambiental através da exploração da pesca do sururu: um estudo de caso na favela Sururu de capote em Maceió – AL**. Disponível em: <www.portalpublicar.com.br/pp/artigos/009.pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2013.

TOLFO, V.N.B; **Educação ambiental na zona rural: uma análise a partir de uma escola no interior do município de Vitória das Missões/RS**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. v(4), n°4, p. 434 - 440, 2011.

TORRES, Patrícia Lupion, org. **Uma leitura para temas transversais: ensino fundamental**. Curitiba: SENAR-PR, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário sobre a educação ambiental e o entendimento da importância da mesma na sociedade.

1) Você acha importante estudar sobre educação ambiental nas escolas?

() sim

() não

() talvez

2) Você separa o lixo orgânico do reciclável?

() sim

() não

3) Você sabe o que significa responsabilidade socioambiental?

() sim

() não

4) O que você faz para cuidar do meio ambiente?

5) Na sua escola é ensinado como cuidar do meio ambiente?

() sim

() não

6) Você acha que sua cidade se preocupa com o meio ambiente?

() sim

() não

() talvez

7) Na sua cidade há coleta seletiva?

() sim

() não

8) Você recebeu orientação correta para o descarte do seu lixo?

sim

não

9) Você acha que o plantio de árvores na cidade faz diferença?

sim

não

10) O que você acha que precisa mudar em sua cidade em relação ao meio ambiente?